

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)			
	30/06/2017	30/06/2016	
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>
<b>Circulante</b> .....	<b>465</b>	<b>123.915</b>	<b>Circulante</b> .....
<b>Disponibilidades</b> .....	<b>67</b>	<b>197</b>	<b>Outras obrigações</b> .....
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)</b> .....	<b>-</b>	<b>122.662</b>	Fiscais e previdenciárias (Nota 9).....
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	122.662	Diversas (Nota 10).....
<b>Operações de crédito (Nota 7)</b> .....	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>Exigível a longo prazo</b> .....
Setor privado.....	-	4	<b>Outras obrigações</b> .....
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	(1)	Fiscais e previdenciárias (Nota 9).....
<b>Outros créditos</b> .....	<b>398</b>	<b>1.053</b>	<b>Patrimônio líquido (Nota 12)</b> .....
Diversos (Nota 8).....	398	1.053	Capital:
<b>Outros valores e bens</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	De domiciliados no País.....
Outros valores e bens.....	25	25	Reservas de lucros.....
Provisão para desvalorização.....	(25)	(25)	Ajuste de avaliação patrimonial.....
<b>Realizável a longo prazo</b> .....	<b>37.689</b>	<b>23.513</b>	
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)</b> .....	<b>11.605</b>	<b>-</b>	
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	11.605	-	
<b>Tts. e valores mob. e instr. financ. derivativos (Nota 6)</b>	<b>5.350</b>	<b>4.738</b>	
Vinculados a prestação de garantias.....	5.350	4.738	
<b>Outros créditos</b> .....	<b>20.734</b>	<b>18.775</b>	
Diversos (Nota 8).....	20.734	18.775	
<b>Total do ativo</b> .....	<b>38.154</b>	<b>147.428</b>	<b>Total do passivo</b> .....
			<b>38.154</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reservas de Lucros Legal	Estatutárias	Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b> .....	<b>17.500</b>	<b>2.716</b>	<b>766</b>	<b>(6)</b>	<b>-</b>	<b>20.976</b>
Resultado do semestre.....	-	-	-	-	2.721	2.721
Constituição de reservas.....	-	136	2.585	-	(2.721)	-
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	4	4
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b> .....	<b>17.500</b>	<b>2.852</b>	<b>3.351</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>23.701</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b> .....	<b>107.500</b>	<b>2.252</b>	<b>20.951</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>130.702</b>
Resultado do semestre.....	-	-	-	-	3.541	3.541
Constituição de reservas.....	-	177	3.364	-	(3.541)	-
Ajuste de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	(2)	(2)
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b> .....	<b>107.500</b>	<b>2.429</b>	<b>24.315</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>134.241</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Sofisa S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("CFI" ou "Instituição") foi constituída em 28 de março de 2006, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a partir de 27 de junho de 2006 e tem como atividade principal a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à espécie.

**2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a CFI, na elaboração das suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN: a. CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12; b. CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; c. CPC 03 (R3) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; d. CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; e. CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; f. CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; g. CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11; h. CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; i. CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09; j. CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16; e k. CPC 33 - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 28 de agosto de 2017.

**3. Descrição das principais práticas contábeis:** **a. Apuração do resultado:** Os rendimentos auferidos e as despesas incorridas são reconhecidos no resultado pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são apropriados "pró-rata" dia. **b. Operações de crédito e depósitos interfinanceiros:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e respectivos encargos retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pró-rata" dia. **c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Conforme estabelecido pela Circular nº 3068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **Títulos para negociação** – são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** – são aqueles que não se enquadraram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; **Títulos mantidos até o vencimento** – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A CFI não possui títulos classificados como mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2017 e 2016. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra riscos (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do semestre. A CFI não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016. **e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, levando-se em consideração: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, entre "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco, que deve ser realizada periodicamente, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes. As operações vencidas há mais de 59 dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra provisão existente e controlada em conta de compensação, não mais figura no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, renegociadas de operações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como "H". **f. Imobilização de uso.** O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação. A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear com taxas anuais do correspondente ativo. **g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros impairment:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não foram identificados perdas no semestre. **h. Outras Ativos e passivos circulante, realizável e**

	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades.....	67	197
<b>Total</b> .....	<b>67</b>	<b>197</b>
<b>5. Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		
	30/06/2017	30/06/2016
Até 360 dias.....	-	122.662
Acima de 360 dias.....	11.605	-
<b>Total</b> .....	<b>11.605</b>	<b>122.662</b>

**6. Títulos e valores mobiliários – disponíveis para venda:** Vinculados a prestação de garantias, com vencimento em 01/03/2020.

	30/06/2017	30/06/2016
Disponíveis para venda		
Letras Financeiras do Tesouro.....	5.353	5.350
<b>Total</b> .....	<b>5.353</b>	<b>5.350</b>

Em 30 de junho de 2017 foi apurado ajuste a mercado negativo, relativo a títulos disponíveis para venda, no montante de R\$ (2) no patrimônio líquido já descontado os efeitos dos impostos (R\$ (3) em 2016).

**7. Operações de créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

a) Composição por vencimento e níveis de risco das operações de crédito					
Operações de crédito direto ao consumidor					
	30/06/2017	30/06/2016		30/06/2017	30/06/2016
<b>Níveis de risco (Resolução CMN nº 2682 de 21 de dezembro de 1999)</b>					
	Total	%	Total	%	Total
Vencido:.....	-	-	4	100	4
De 91 a 180 dias.....	-	-	4	-	-
<b>Total</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>4</b>
<b>Provisão</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**b) Composição por setor de atividade das operações de crédito.**

	30/06/2017	30/06/2016
Setor privado - Pessoas físicas.....	-	4
<b>Total</b> .....	<b>-</b>	<b>4</b>

## A DIRETORIA

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da Sofisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento São Paulo – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sofisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sofisa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos responsáveis a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	30/06/2017	30/06/2016
<b>Receitas da intermediação financeira</b> .....	<b>5.222</b>	<b>6.927</b>
Operações de crédito (Nota 14).....	43	50
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez.....	5.179	6.877
<b>Despesa da intermediação financeira</b> .....	<b>-</b>	<b>1</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	1
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b> .....	<b>5.222</b>	<b>6.928</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b> .....	<b>(319)</b>	<b>(497)</b>
Outras despesas administrativas (Nota 15).....	(158)	(171)
Despesas tributárias (Nota 18).....	(268)	(466)
Outras receitas operacionais (Nota 16).....	658	566
Outras despesas operacionais (Nota 17).....	(551)	(426)
<b>Resultado operacional</b> .....	<b>4.903</b>	<b>6.431</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b> .....	<b>4.903</b>	<b>6.431</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)</b> .....	<b>(2.182)</b>	<b>(2.890)</b>
Provisão de imposto de renda.....	(1.349)	(1.185)
Provisão de contribuição social.....	(1.088)	(958)
Ativo fiscal diferido (Nota 8).....	255	(747)
<b>Resultado líquido do período</b> .....	<b>2.721</b>	<b>3.541</b>
<b>Resultado líquido por ação - R\$</b> .....	<b>0,16</b>	<b>0,03</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	30/06/2017	30/06/2016
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>-</b>	<b>12</b>
Provisão constituída / (reversão).....	-	(1)
Créditos baixados.....	-	(10)
<b>Saldo final</b> .....	<b>-</b>	<b>1</b>
Recuperação.....	43	49

**d) Concentração dos principais devedores**

	30/06/2017	30/06/2016
	% sobre a carteira	% sobre a carteira
Principal devedor.....	0,00	0,00
10 Maiores.....	0,00	0,00
20 Maiores.....	0,00	0,00

**8. Outros créditos – diversos**

	30/06/2017	30/06/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo
Crédito tributário (a).....	26	5.311
Devedores por depósitos em garantias (Nota 9a).....	-	15.423
Imposto de renda a compensar/recuperar.....	372	-
Devedores diversos - País.....	-	5
<b>Total</b> .....	<b>398</b>	<b>20.734</b>

a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006 e nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do CMN, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

	30/06/2017	30/06/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo
Crédito tributário (a).....	26	5.311
Devedores por depósitos em garantias (Nota 9a).....	-	15.423
Imposto de renda a compensar/recuperar.....	372	-
Devedores diversos - País.....	-	5
<b>Total</b> .....	<b>398</b>	<b>20.734</b>

a) Os créditos tributários de imposto de renda e da contribuição social foram calculados sobre adições temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para passivos contingentes, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em atendimento ao requerido pelas Resoluções nº 3.355, de 31 de março de 2006 e nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do CMN, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados.

SOFISA S.A. Crédito Financiamento e Investimento S.A. - CFI					
Créditos tributários					
	Realização	Consti-			
	31/12/2016	reversão	tuição	30/06/2017	
<b>Prejuízos fiscais</b> .....	-	-	-	-	-
<b>Diferenças temporárias:</b>					
Créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	-
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	2.799	-	150	2.949	
Provisão para impairment de BNDU.....	6	-	-	6	
Outras.....	9	(7)	4	6	
<b>Total das diferenças temporárias</b> .....	<b>2.814</b>	<b>(7)</b>	<b>154</b>	<b>2.961</b>	
<b>Total do crédito tributário de Imposto de Renda</b> .....	<b>2.814</b>	<b>(7)</b>	<b>154</b>	<b>2.961</b>	
<b>Diferenças temporárias:</b>					
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	2.258	-	110	2.368	
Provisão para impairment de BNDU.....	5	(1)	-	4	
Outras.....	5	(4)	3	4	
<b>Total das diferenças temporárias</b> .....	<b>2.268</b>	<b>(5)</b>	<b>113</b>	<b>2.376</b>	
<b>Total do crédito tributário de Contribuição Social</b> .....	<b>2.268</b>	<b>(5)</b>	<b>113</b>	<b>2.376</b>	
<b>Total dos créditos tributários de IRPJ e CSLL</b> .....	<b>5.082</b>	<b>(12)</b>	<b>267</b>	<b>5.337</b>	

Em reais mil

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de Renda	Diferenças Temporárias	Contribuição Social	Total presente (*)	Valor
2017.....	-	21	5	26	25	
2018.....	-	2.940	2.371	5.311	4.677	
<b>Total</b> .....	<b>-</b>	<b>2.961</b>	<b>2.376</b>	<b>5.337</b>	<b>4.703</b>	

(\*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros.

**9. Obrigações fiscais e previdenciárias**

	30/06/2017	30/06/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo
Provisão para impostos e contribuição sobre o lucro.....	2.437	-
Provisão para passivos contingentes (a).....		